

Projeto pode receber vetos

A LDO aprovada ontem ainda será submetida à sanção do presidente Fernando Collor, e alguns vetos poderão ser feitos com relação a emendas consideradas "excessivamente generosas" por parlamentares da oposição. A mais liberal delas, incluída no substitutivo elaborado pelo deputado Messias Góis (PFL-SE), obriga a União a cobrir todas as despesas de implantação do Estado de Tocantins, um gasto ainda não mensurado, mas que causará um impacto drástico no caixa do Tesouro Nacional, se não for vetado pelo Presidente.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acha que o Congresso tem a obrigação de evitar novos favorecimentos a certos estados e municípios, como ocorreu com a distribuição das verbas no Orçamento da União que vigora este ano. Um levantamento feito por seus assessores mostra que a Bahia é este ano, o estado que lidera, de longe, o recebimento de recursos do Governo Federal./Estão destinados ao estado, no Orçamento, Cr\$ 235,8 bilhões, contra Cr\$ 113,7 bilhões programados para o Rio de Janeiro e Cr\$ 104,9 bilhões para São Paulo, ou os Cr\$ 94,5 bilhões destinados ao Ceará. Essas dotações ficam fora das transferências obrigatórias aos estados e municípios, previstas na Constituição.

Entre os parlamentares, há uma explicação corriqueira para o tratamento excepcional concedido aos baianos: o relator do projeto de Orçamento, na Comissão Mista de Orçamento, no ano passado, foi o deputado João Alves (PFL-BA), que este ano será novamente o relator da matéria, quando o Governo enviar ao Congresso a proposta orçamentária para 1992. No Orçamento deste ano, a cidade de Serra Dourada, no interior baiano, recebeu Cr\$ 6,1 bilhões, cerca de 15 vezes mais do que recebeu Belém, por exemplo, para a qual estão previstos apenas Cr\$ 435 milhões das transferências do Tesouro Nacional.

Mas mesmo fora da Bahia, algumas cidades chamam a atenção pela deferência com que foram aquinhoadas.